

**INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DO GRUPO
ÂNIMA EDUCAÇÃO
PEDRO HENRIQUE CHIQUESI
SAMUEL BARCALA NUNES**

**COMO O BRASIL SE TORNOU DEPENDENTE DO COMÉRCIO
EXTERIOR COM A CHINA? PRECEDENTES HISTÓRICOS DE 1990 À
2021: RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E EFEITOS DA
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

SÃO PAULO

PEDRO HENRIQUE CHIQUESI

SAMUEL BARCALA NUNES

**COMO O BRASIL SE TORNOU DEPENDENTE DO COMÉRCIO
EXTERIOR COM A CHINA? PRECEDENTES HISTÓRICOS DE 1990 À
2021: RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E EFEITOS DA
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas da UAM:
Universidade Anhembi Morumbi como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel.

Orientador: Prof. Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.

SÃO PAULO

2022

**PEDRO HENRIQUE CHIQUESI
SAMUEL BARCALA NUNES**

**COMO O BRASIL SE TORNOU DEPENDENTE DO COMÉRCIO
EXTERIOR COM A CHINA? PRECEDENTES HISTÓRICOS DE 1990 À
2021: RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA E EFEITOS DA
DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Escola de Negócios e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Anhembi Morumbi.

_____, _____ de _____ de 20____.
Local dia mês ano

Profa. e orientadora Alessandra Cavalcante de Oliveira, Dra.
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Prof. Marcelo Balloti Monteiro, Dr.
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

Prof. Pedro Vaz do Nascimento Almeida, Me.
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos não somente agradecer a D'us (grafia transliterada do Hebraico, em respeito ao terceiro mandamento), por nos ter dado saúde, força, sabedoria e acima de tudo o livre-arbítrio, esse que nos permitiu superar as dificuldades e proporcionou que isso acontecesse, mas também à professora orientadora Alessandra, pela orientação, apoio, confiança e suporte na correção e incentivos. Principalmente aos nossos progenitores e família em geral, aos familiares que perdemos com muito pesar, más que sempre nos incentivaram nas horas difíceis, sempre nos abraçaram e estiveram próximos. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de nossa formação, o nosso muito obrigado.

“Não é suficiente que façamos o nosso melhor; às vezes temos que fazer o que é preciso”.

(Winston Churchill).

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Curso: Ciências Econômicas

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

Profa.: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmico: Pedro Henrique Chiquesi, Samuel Barcala Nunes

São Paulo, __ de _____ de 2022.

CHIQUESI, Pedro Henrique; NUNES, Samuel Barcala. **Como o Brasil se tornou dependente do Comércio Exterior com a China? Precedentes históricos de 1990 à 2021: Relação comercial com a China e efeitos da desindustrialização.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo analisar a existência da dependência brasileira com o comércio exterior com a China, com referência à aplicação dos dados econômicos coletados do banco de dados do comércio exterior da Organização das Nações Unidas juntamente com a utilização do precedente histórico ao longo da abertura comercial brasileira ao ano de 2021. Para uma melhor compreensão da temática, abordar-se-ão todos os fundamentos essenciais constitutivos dos precedentes em conjunto com seus princípios norteadores. Ainda, discorrer-se-á sobre a desindustrialização brasileira visando um sistema econômico sólido e funcional, bem como os problemas enfrentados na sua aplicação em conflito com a dependência comercial da China e a forma como pode auxiliar ou prejudicar a Política Econômica. Na sequência apresentar-se-ão os pontos positivos e negativos na aplicação dos precedentes juntamente com a entrada da China na OMC e seu domínio portuário, visando o equilíbrio comercial no Brasil e estabilidade do nosso ordenamento. Por fim, entender estatisticamente através de gráficos e tabelas as causas para o problema abordado no trabalho.

Palavras-Chave: Desindustrialização, Comércio Exterior, Commodities, Vantagens Comparativas, Segurança Jurídica, Doença Holandesa, Domínio Portuário

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Course: Economic Sciences

Subject: Course Completion Work

Professor: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Academic: Pedro Henrique Chiquesi, Samuel Barcala Nunes

São Paulo, _____, ____, 2022.

CHIQUESI, Pedro Henrique; NUNES, Samuel Barcala. **How did Brazil become dependent on Foreign Trade with China? Historical precedents from 1990 to 2021: Trade relationship with China and effects of deindustrialization.** 2022. Course Completion Work (Bachelor in Economic Sciences) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

The present assignment aims to analyze the existence of Brazilian dependence on foreign trade with China, with reference to the application of economic data collected from the United Nations foreign trade database together with the use of historical precedent throughout the Brazilian trade opening until 2021. For a better understanding of the subject, all the essential foundations constituting the precedents will be addressed together with their guiding principles. Yet, it will be discussed about the Brazilian deindustrialization aiming at a solid and functional economic system, as well as the problems faced in its application in conflict with the commercial dependence of China and the way it can help or harm the Economic Policy. In the sequence, the positive and negative points of the precedents application will be presented along with China's entry into the WTO and its port domain, aiming at commercial balance in Brazil and stability of our order. Finally, to understand analytically through graphics and tables the problem causes addressed in this assignment.

Keywords: Deindustrialization, Foreign Trade, Commodities, Comparative Advantages, Legal Security, Dutch Disease, Port Domain

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

OMC.	Organização Mundial do Comércio
FMI.	Fundo Monetário Internacional
GATT.	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
APEC.	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
PIB.	Produto Interno Bruto
SCN.	Serviço de Crédito Nacional
COSCO.	Companhia de Transporte Marítimo da China
CMPORT.	China Merchants Port Holdings Company Limited
BRICS.	Acrônimo para as cinco principais economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL.	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados de exportação todas as commodities Brasil x China e Brasil x Mundo (%)	38
Tabela 2 – Dados de importação todas as commodities Brasil x China e Brasil x Mundo (%)	38
Tabela 3 – Dados de exportação todas as commodities China x Brasil e China x Mundo (%)	39
Tabela 4 – Dados de importação todas as commodities China x Brasil e China x Mundo (%)	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – China: composição setorial da força de trabalho (1978-2008)

.....
15

Gráfico 2 - Indústria de transformação (% no PIB a preços básicos), Brasil

.....
18

Gráfico 3 – Modelo de aplicação de Hecksher-Ohlin

.....
22

Gráfico 4 - Índice de preços de Commodities (1990-2021), índice (1990 = 100)

.....
29

Gráfico 5 - Exportações X Importações – Todas as Commodities (Brasil X China)

.....
35

Gráfico 6 – Exportação – Todas as Commodities (Brasil x China | Brasil x EUA)

.....
36

Gráfico 7 - Importação – Todas as Commodities (Brasil x China | Brasil x EUA)

.....
37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ABERTURA COMERCIAL, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E ENTRADA DA CHINA NA OMC	14
2.1 A CHINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	14
2.2 VISÃO ACERCA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E EFEITO DA INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA.....	16
2.2.1 Efeitos primários da formação do consenso de Washington e sua influência no mercado nacional, mais a entrada da China no Brasil	16
2.3 ABERTURA COMERCIAL	17
2.4 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS	19
2.5 MODELO DE HECKSCHER-OHLIN	21
2.6 DOENÇA HOLANDESA.....	23
2.7 VISÃO CEPALINA	25
2.8 VISÃO CONTRA A TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA	27
2.9 PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA ..	27
3. A CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E DA CHINA COMO PAÍSES INDEPENDENTES AO LONGO DA HISTÓRIA E O INÍCIO DE SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS	29
3.1 INÍCIO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA	29
3.2 RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO EVOLUTIVO CHINÊS COMO SOCIEDADE A PARTIR DO SÉCULO XX.....	30
3.3 ENTRADA DA CHINA NA OMC, UMA ABORDAGEM MAIS AMPLA SOBRE OS FATORES HISTÓRICOS.....	31
3.4 SOBERANIA MARÍTIMA CHINESA NO COMÉRCIO EXTERNO.....	32
3.5 DOMÍNIO DO MERCADO PORTUÁRIO BRASILEIRO	33
3.6 CONTEXTO HISTÓRICO DE COMO SE DEU O COMERCIO ENTRE BRASIL E CHINA, DESDE SUA ABERTURA COMERCIAL	34
4. ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA, ESTUDO APLICADO DE RELAÇÕES COMERCIAIS ESTRANGEIRAS DO BRASIL	35
4.1 ANÁLISE DE EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES DE <i>COMMODITIES</i> ENTRE O BRASIL E A CHINA (1993 – 2021)	35
4.2 COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DE EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO ENTRE O BRASIL E O EUA, E CHINA	36
4.2.1 Exportação do Brasil X China e Brasil X EUA	36
4.3 COMPARATIVO ENTRE A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL X CHINA – BRASIL X MUNDO E CHINA X BRASIL – CHINA X MUNDO.....	37
4.3.1 China x Brasil – China x Mundo.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
--	-----------

1. INTRODUÇÃO

O tema “Como o Brasil se tornou dependente do comércio exterior com a China? Precedentes históricos de 1990 à 2021: Relação comercial com a China e efeitos da Desindustrialização”, é de extrema relevância para nossa sociedade, por se tratar de algo que atinge diretamente as formações socioeconômicas brasileiras com o comércio externo e conseqüentemente afetando o país como um todo. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho será demonstrar como se deu o processo de dependência do comércio exterior com a China.

As problemáticas encontradas sobre o presente tema foram pautadas através de uma percepção de dominância comercial e portuária Chinesa perante o Brasil. Após análise de dados extraídos de comércio externo da ONU, notou-se certa dependência, ainda muito primária na pesquisa, o que atizou o desenvolvimento da pesquisa e partir dessa constatação, questiona-se: Como o Brasil se tornou dependente do comércio exterior com a China?

Portanto, no primeiro capítulo será abordado, uma breve evolução histórica, onde o capítulo terá como base a abordagem teórica, será analisado principalmente a forma com a desindustrialização do país aconteceu, passando pelo Consenso de Washington, boom das *commodities*, tudo nos levando a parte de cunho teórico, como a Teoria das Vantagens Comparativas, modelo de Heckscher-Ohlin, Teoria da Maldição das *Commodities* e Doença Holandesa, trazendo visões como por exemplo a Cepalina e a de Bresser-Pereira, além de analisar a entrada da China na OMC, trazendo em paralelo de como as relações comerciais entre Brasil e China trouxeram uma situação de uma economia “refém” à República Federativa do Brasil.

No segundo capítulo será trazido um resgate das relações comerciais externas entre o Brasil e China, abordando o processo histórico a partir da abertura comercial brasileira na década de 1990 até os dias atuais com as influências portuárias. Esclarecerá como se deu a formação econômica chinesa desde a política de portas abertas da década de 1970, além de uma breve passagem pela aproximação da China ao comércio global, posteriormente junto ao Brasil a partir de sua entrada na OMC.

O terceiro capítulo irá abordar de forma empírica, trazendo gráficos e tabelas acerca do Comércio entre Brasil X China; Brasil X Mundo; China X Mundo; e Brasil X China X EUA, com dados extraídos do banco de dados COMTRADE das Nações Unidas. E posteriormente passando por uma análise, trazendo uma visão clara sobre a defesa abordada no trabalho.

E por fim no último capítulo, será retomado e abordado sobre a dependência brasileira sob o comércio exterior com a China, trazendo as considerações finais acerca da problemática.

Neste sentido, é de extrema relevância abordar tal tema, pois a dependência externa, retratada pela desindustrialização e pela caracterização do Brasil como um país exportador de matéria prima é grave.

O desenvolvimento do projeto se dá por meio de uma pesquisa de cunho Quali-Quantitativo, desenvolvido de forma documental de cunho exploratória, a pesquisa será feita desde a abertura comercial em 1990 até a atualidade em 2021.

Será realizada também uma análise quantitativa com dados sobre o comércio exterior e desenvolvida com base em dados do banco de dados COMTRADE das Nações Unidas, além de uma análise histórica e teórica embasada nas pesquisas de diversos autores, conforme acima citados.

2. ABERTURA COMERCIAL, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E ENTRADA DA CHINA NA OMC

Nessa parte do trabalho será analisado como se deu o início da desindustrialização brasileira através do efeito de influência estado-unidense que surge como tendência nos países Latino-Americanos, suas consequências para a nação. Será abordado a entrada da China na OMC e sucederá um paralelo de como as relações comerciais entre Brasil e China trouxeram uma situação de uma economia “refém” à República Federativa do Brasil.

Traremos visões contrárias a como se deu o processo de abertura comercial na década de 1990.

2.1 A CHINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Em 1978, pós governo de Mao Tsé-Tung surgiu a Política de Portas com o objetivo de uma modernização tecnológica, sendo um primeiro passo para a abertura comercial do país e com essa política em 1979, instituiu-se o acordo de comércio bilateral EUA-China, o que ocasionou uma série de desconfortos internos, onde cada província aceitou de forma diferente (Altemani de Oliveira, A., 2015, p.5).

Após esse início de relações internacionais, um passo importante seria a adesão as instituições econômicas ocidentais, sendo assim em 1980 se tornou uma nova entrante no FMI (Fundo Monetário Internacional), após 6 anos como membro do FMI a mesma solicitou a entrada como membro pleno do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), acordo esse que originou o sistema multilateral de comércio nos anos 40, sendo esse de acordo com estudo publicado pela PUC-SP (Carta Internacional, ano IX, nº 105) um marco importante para aceitação global.

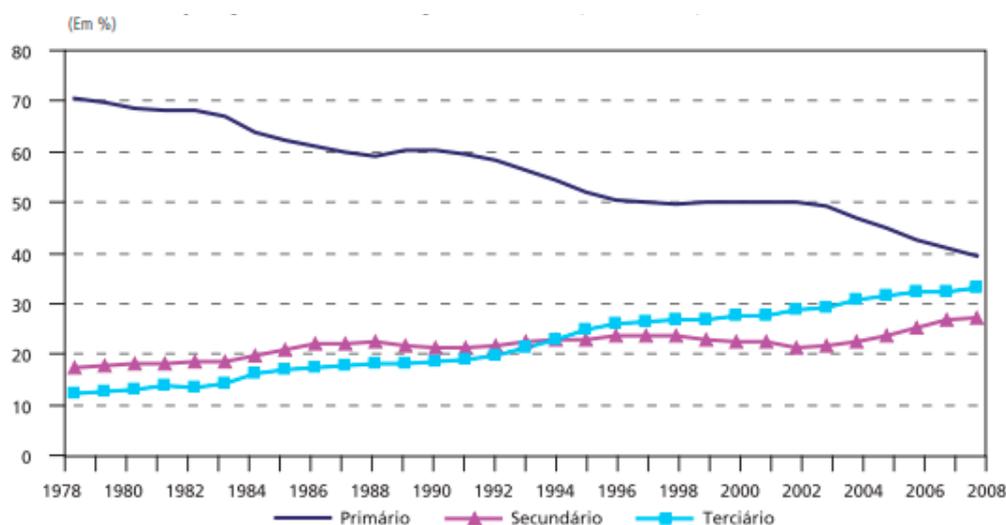
Na década de 1990, surgiram alguns dilemas entre a China e o comércio mundial, sobretudo, com os EUA, pois havia uma tensão entre os dois países devido aos direitos de propriedade intelectual, entre 95 e 96 houve dois ocorridos a redução das tarifas na reunião da APEC e justamente devido as intrigas a China assinou um acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual.

A China crescia e cada vez mais havia especulações sobre sua entrada na OMC (Organização Mundial do Comércio), caso a mesma não entrasse ela poderia não conseguir dar andamento ao processo de industrialização e atualização tecnológica e por outro lado caso entrasse poderia se tornar refém da Tecnologia Ocidental, sobretudo da hegemonia cultural americana, podendo até perder a soberania sobre

Taiwan, pois a muito tempo já havia um movimento político cujo o objetivo era a eliminação dos vínculos com a República Popular da China.

Após a China solicitar a entrada, em setembro de 2000 houve a aprovação final pelo Senado norte-americano, do *status* de Relações Comerciais Permanentes e Normais, criou-se assim as condições políticas para o acesso chinês à OMC, efetivado em 11 de dezembro de 2001, para análise do fluxo de mercado na China é ideal visualizar sua composição setorial da força de trabalho ao longo de sua “ocidentalização”, conforme no gráfico a seguir.

Gráfico 1 - China: composição setorial da força de trabalho (1978-2008)



Fonte: *Chinese Yearbook Statistics, 2008; Herd, Koen e Reutersward (2010)*

No gráfico acerca da composição da força do trabalho na China (1978-2008), pode-se perceber que o setor de serviços primários decaiu cada vez mais desde as intensificações com o comércio exterior e notamos um aumento nos setores secundários e terciários, o que reflete perfeitamente a situação em que a China se encontra do início da política de portas abertas, sua entrada na OMC e passando até o período de 2008.

Algo importante a ser dito e que será ressaltado no Capítulo 2 é que se não tivesse ocorrido o processo de mudança na composição setorial do trabalho durante 1978 na China, não seria necessária essa abertura ao comércio exterior, pois esse processo forçou a necessidade de importação de bens primários para economia, com a saída do campo para as fábricas.

2.2 VISÃO ACERCA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E EFEITO DA INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

Para iniciar essa sessão será mostrado a visão de Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor, economista, cientista político e cientista social', em que o mesmo tem uma opinião divergente ao ocorrido durante a abertura comercial em 1993, para sintetizar seu pensamento acerca da abertura comercial forçada e da desindustrialização, temos de tratar um dos pontos que embasaram sua tese, o Consenso de Washington, realizado em 1989, foi o idealizador econômico e político desenvolvido pelo governo de George W. Bush nos EUA que impacta países subdesenvolvidos até os dias atuais, onde suas principais pilasstras são a desregulamentação, privatização e etc.

A propaganda principal do Consenso de Washington estava pautada no processo de expandir esses ideais do conjunto de reformas propostas para os países subdesenvolvidos, com base no suposto combate à pobreza, na atualização social e no desenvolvimento de novas formas de industrialização.

Com uma carência de indústria nacional somada a baixa tecnologia, esse consenso colocava o Brasil subordinado aos interesses internacionais (principalmente dos Estados Unidos da América), sendo esse um dos fatores que intensificaram o processo de desindustrialização do Brasil que já ocorria desde a década de 70.

2.2.1 Efeitos primários da formação do consenso de Washington e sua influência no mercado nacional, mais a entrada da China no Brasil

A influência Norte-Americana mostrou o desenvolvimentismo como algo inoportuno, de acordo com a visão que passaram, sendo pregado que o estado deveria parar com o planejamento interno, gerando assim uma tendência de negociação exterior que colocava o Brasil como um exportador de *commodities*, havendo uma reprimarização da pauta juntamente com a perda da competitividade industrial que colocava o país como totalmente dependente do mercado estrangeiro.

Em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se

dariam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final do período. (AVERBUG, 1999, p.44).

O país está comprando *commodities* para fazer sua industrialização, não somente a mesma, mas como quase todas as potências asiáticas de maneira geral e se pode ver essa entrada forte da China no Brasil em 2002 como irá ser comprovado mais à frente no capítulo 3 desse trabalho, se tornando visível uma intensificação em 2008, quando a China passa a ser a maior importadora e exportadora de *Commodities* do Brasil.

Sendo a China o maior parceiro econômico do Brasil e os EUA estando em segundo lugar no comércio exterior, pode-se constatar que o impacto do Brasil na economia chinesa é pífio, se tornando um “refém”, o país possui uma dependência. O mesmo pode ser constatado em 2020 quando o então ministro da educação Abraham Weintraub fez um *post* na rede social Twitter satirizando a cultura chinesa, após o post o governo chinês pediu paralização em operação de alguns frigoríficos brasileiros que as documentações não estavam em dia.

2.3 ABERTURA COMERCIAL

Bresser-Pereira (2007) tinha uma visão não muito comum, conforme abordado anteriormente, o mesmo dizia que a economia brasileira crescia de maneira extraordinária entre 1950 e 1980 e que desde seu processo de abertura esteve se estagnando, em 1980, a economia brasileira parou, vitimada por uma grande crise financeira, esse tema será abordado com mais detalhes no segundo capítulo.

Na década de 1990, em pleno governo de Collor começaram as privatizações, desregulações e liberalizações no Brasil, onde demonstrou estar entrando nos eixos, pois o regime desenvolvimentista tinha grande apelo externo, fazendo assim com que fosse adotado um regime econômico mais liberal.

Em 1993 durante a regência de Itamar Franco foi assinado o acordo Brady, esse que recebia o nome em homenagem a Nicholas F. Brady, ex-secretário do Tesouro dos EUA e idealizador do Consenso de Washington, que de certa forma finalizou a crise da dívida.

Em 94 regulou os preços com o Plano Real, sendo esse plano criado para ajudar na reestruturação das formas de pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento pouco estruturados, principalmente na América Latina.

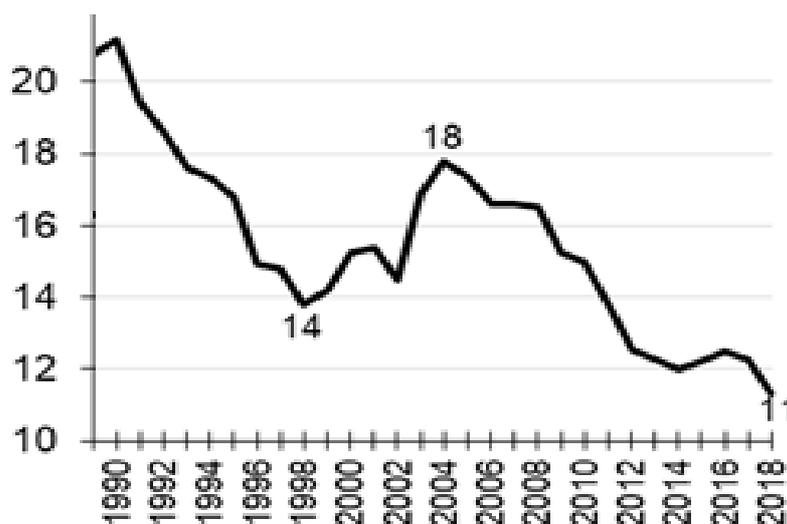
Bresser-Pereira acreditava que o desenvolvimento econômico e a industrialização deveriam continuar, pois o liberalismo era incompatível com a situação da sociedade brasileira.

Bresser concluiu que dentre o liberalismo econômico, a desindustrialização foi um caminho adotado, pois ter indústrias havia deixado de ser uma prioridade, tanto para a esquerda em ascensão no país, quanto para os liberais já bem estabelecidos, sendo o crescimento desacelerado diretamente ligado com esse processo de desindustrialização que estava em convergência desde o início da década de 80, nesse período era de 26% a presença da indústria no PIB, tendo um pico para 27% de participação em 1986 e uma nítida queda que se sucedeu após os estímulos norte-americanos na política econômica brasileira.

A pesquisa que se segue irá analisar que se houve grandes períodos de desindustrialização, que ocorreu um em 1986 até 1999 e outra mais recente, vindo do início de 2004 até os dias recentes.

Para uma maior retratação, será apresentado um gráfico com a Indústria de Transformação no PIB brasileiro, desde o período de 1990, até o ano de 2018, a serie foi contabilizada para SCN (Serviços de Crédito Nacional) com Referência 2010 do IBGE e com correções das quebras.

Gráfico 2 - Indústria de transformação (% no PIB a preços básicos), Brasil



Fonte: MORCEIRO, P. C. (2019, p.47)

A Indústria de transformação, conforme abordado acima, é uma classificação utilizada para classificar os sistemas de produção que transformam um elemento em outro, uma matéria-prima em um bem, diferenciando-se do setor de produção agrícola e indústria extrativa de vegetal ou mineral. Inclui todos os momentos da produção industrial. Dessa forma, é possível analisar o quanto o a desindustrialização é evidente, de 1990 até meados de 1998 tivemos uma queda significativa, pós isso, um breve período de prosperidade, marcado pelo pico em 2004 e posteriormente volta a cair, até 2018 onde tivemos o menor período.

O processo de desindustrialização para Bresser-Pereira significa a quase estagnação do país, pois há uma correlação certa entre as duas variáveis, sendo que o aumento da renda per capita vem através do processo de desenvolvimento econômico, sendo esse equivalente ao crescimento da produtividade por parte do trabalhador, se a ligação de força de trabalho da população for constante.

O aumento da produtividade acontece nos países em desenvolvimento, sendo feito principalmente pela transferência de mão de obra em atividades com baixo valor agregado para atividades com maior valor agregado, dessa forma sendo passado da agricultura e da pecuária para a indústria.

2.4 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Para se analisar a continuidade ao processo de análise da economia brasileira, pós desindustrialização e abertura comercial, há de se passar por uma abordagem de livre mercado que trará pontos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa. O conceito das vantagens comparativas surgiu através dos estudos realizados por David Ricardo, vindo de uma família judaica o mesmo foi um economista político britânico, dentre suas principais obras a que mais possui relevância, reconhecimento no cenário global e uma matriarca para a economia internacional é a “Princípios de Economia Política e Tributação” publicada em 1817, onde podemos ver o surgimento da Teoria das Vantagens Comparativas, sobretudo no Capítulo 7 da obra, onde o autor trata os conceitos do comércio exterior, com título original de “*On Foreign Trade*” (RICARDO D, Princípios de Economia Política e Tributação, 3º edição, Londres, Editora John Murray, Albemarle-Street, 1817).

A vantagem comparativa surge na tentativa de buscar explicações para as diferenças entre produção e comércio entre países ou nações diversas, esse termo foi apresentado a primeira vez no livro já abordado anteriormente, de título original

“The Principles of Political Economy and Taxation”, sendo essa teoria baseada em um mesmo produto, tendo como ponto principal uma análise de qual dos envolvidos teria um custo menor de oportunidade de um mesmo produto.

Essa teoria foi criada surpreendentemente em contrapartida ao conceito já existente da vantagem absoluta, teoria essa criada por Adam Smith e a mesma surgiu como uma proposta para solucionar os problemas abordados pela ideia smithiana, criando um mecanismo automático de ajustamento no balanço de pagamentos e assim gerava um demonstrativo de que independente da estrutura de custos de sua economia todos os países conseguiriam ganhar com o livre comércio. Segue pontos importantes elencados através de tópicos para discorrermos de forma técnica e assertiva a acerca do assunto:

- a) examinando o modelo de Ricardo, conclui-se que é a maneira mais simples de mostrar como as diferenças entre os países produzem o comércio e os ganhos do comércio;
- b) neste modelo, o trabalho é o único fator de produção e os países diferem apenas em tecnologia (produtividade do trabalho) em diferentes setores;
- c) no modelo ricardiano, um país exportará o produto para o qual tem vantagem comparativa (e não absoluta) na produção dos bens;
- d) o comércio permite a exportação de bens para os quais um país tem uma vantagem comparativa em troca de bens onde a produção doméstica é relativamente ineficiente;
- e) para fazer valer o princípio da vantagem comparativa, torna-se importante determinar qual setor tem a maior vantagem e qual setor tem a menor desvantagem;
- f) se as economias altamente produtivas se especializam na produção de bens em relação aos quais têm a maior vantagem comparativa, e as economias menos produtivas se especializam na produção de bens em relação aos quais têm a menor desvantagem comparativa, então, com o comércio contínuo, todas as nações serão capazes de consumir mais. Como poder se decidir em produzir todo o seu consumo;
- g) se cada país se especializa na produção de bens nos quais é relativamente eficiente (vantagem comparativa) e tem acesso a outros bens por meio do comércio, então cada país alcança um nível mais alto de bem-estar.

Para darmos andamento a análise das Vantagens Comparativas devemos entrar no conceito de Heckscher-Ohlin, para uma fácil visualização aplicada dos conceitos agora vistos.

2.5 MODELO DE HECKSCHER-OHLIN

O modelo de Heckscher-Ohlin, chamado de “Teoria das Proporções dos Fatores”, sendo um modelo matemático desenvolvido pelos suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin em 1970, fazendo-os ganhar o Prêmio Nobel em 1977, o modelo enfatiza a inter-relação entre diferentes proporções dos dois fatores de produção em cada país e seu uso na produção de diferentes *commodities* e precisamos de algumas hipóteses para que o modelo dê certo, sendo essas:

- a) demandas relativas idênticas com um mesmo preço relativo;
- b) mesmos gostos;
- c) mesma tecnologia.

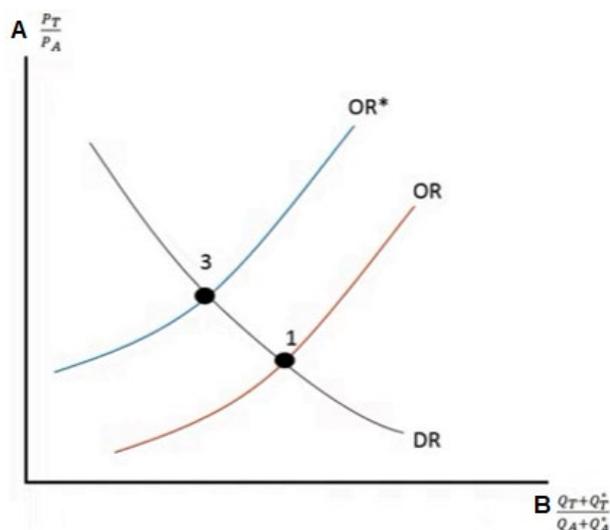
Sendo essas hipóteses não muito diferentes do que um dia já foi o cenário político e econômico do Brasil e da China, durante o final do século XX, principalmente se analisarmos que ambos estavam engatinhando com suas economias.

Sendo assim, não existe diferença na produtividade do trabalho, a diferença entre os dois países é que o país local possui uma razão entre trabalho e terra mais alta que no país estrangeiro, ou seja, a mesma hipótese com a qual já estávamos trabalhando desde a Teoria das Vantagens Comparativas.

Diz-se então que o país local é um país trabalho abundante e que o país estrangeiro é terra abundante, vale lembrar que a abundância é definida em termos relativos, comparando-se a razão entre trabalho e terra nos dois países e que nenhum dos dois pode ser abundante em tudo. Por causa dessa mudança relativa o país local tende produzir uma razão entre tecidos e alimentos maior.

Vale lembrar que o comércio pela concorrência pela concorrência leva a convergência dos preços relativos, o preço de uma *commodities* (maior mercado fornecedor brasileiro para a China) por exemplo em relação ao de uma soja (maior produto exportado da China para o Brasil) será igual entre os dois países após o comércio, sendo assim, como os dois diferem em sua abundância de fatores, o local produzirá uma razão mais alta de *commodities* em relação a soja: a oferta relativa de tecidos será maior no país Local.

Gráfico 3 – Modelo de aplicação de Hecksher-Ohlin



Fonte: E.E. Leamer (1995, p.34)

Se observarmos o gráfico anterior no eixo vertical temos o A, representando o preço relativo das *commodities* e no eixo horizontal B, temos a quantidade relativa de *commodities*, por ser mais abundante trabalho, o país local (Brasil) possui maior oferta relativa de *commodities* e por isso a sua curva de oferta situa-se mais a direita. Se não houvesse comércio o equilíbrio seria no ponto 1 para o país local e no ponto 3 para o país estrangeiro (China), quando o país local e o país estrangeiro fazem comércio entre si os preços relativos convergem, o peso relativo do país local aumenta e o do estrangeiro declina, o novo preço relativo mundial de *commodities* é determinado por um ponto entre os preços relativos antes do comércio e depois do comércio, como por exemplo no ponto 2 do gráfico.

Para continuidade do trabalho é importante entender o porquê se as trocas ocorrem inicialmente por conta as diferenças entre os preços relativos de manufaturas, com a convergência P_c/P_s se traduz em um padrão de comércio internacional, se considerarmos um país sem comércio internacional a produção de um bem deve ser igual ao consumo, todavia com o comércio, a composição consumida pode ser diferente da produzida, sendo assim, um país não pode consumir mais do que produz. Alguns fatores podem afetar, como restrição orçamentaria por parte tanto do país Local quanto do Estrangeiro.

Um aumento no nível de preço relativo das *commodities* eleva o poder de compra do trabalho em termos de ambos os bens, enquanto reduz o poder de compra da terra

de ambos os bens. Ocorrendo assim a distribuição de renda nas economias após o comércio exterior.

No país local (Brasil) o preço relativo dos *commodities* aumenta, as pessoas que tiram sua renda do trabalho saem ganhando com o comércio, mas aqueles que extraem a terra saem perdendo, já no país estrangeiro o preço das *commodities* teoricamente diminui, os trabalhadores perdem com o comércio e os produtores ganham. Dessa forma, já pode-se enunciar a Lei Geral da distribuição de renda com o comércio internacional, os proprietários dos fatores abundantes de um país obtêm ganhos do comércio, mas os proprietários dos fatores escassos desse país saem perdendo.

Como a China poderia se tornar detentora da hegemonia comercial entre o Brasil e ela? Para isso será abordado a Teoria da Doença Holandesa.

2.6 DOENÇA HOLANDESA

De acordo com Michele Poline Veríssimo (2012) o que causa a Teoria da Maldição das *Commodities*, essa que por sua vez, enfatiza que países abundantes em recursos naturais possuem uma economia pouco desenvolvida se comparada com as demais, pois eles possuem uma economia voltada para a exportação desses bens, produtos primários e pelo contrário, em países não dependentes economicamente das exportações desses produtos primários tem um desenvolvimento econômico maior.

Para darmos andamento a pesquisa, devemos entender o conceito de Doença Holandesa, essa que por sua vez se torna fundamental para o entendimento de como se dá o desenvolvimento na sociedade como um todo, principalmente as relações comerciais do Brasil com o mundo, reforçando ideias abordadas anteriormente com Bresser-Pereira (2007) e citando brevemente no professor José Luís Oreiro (2010). O conceito econômico pautado acima é utilizado para exemplificar momentos que a receita aumenta com a exportação de produtos primários, principalmente *commodities*, causando uma valorização da moeda nacional e conseqüentemente causando um efeito de desindustrialização, principalmente de áreas que envolvem esses insumos naturais, como a manufatura, sendo assim temos uma perda de competitividade em relação a produtos trazidos de fora, como é o exemplo que será abordado de forma gráfica no capítulo III desse trabalho.

A origem do termo reflete perfeitamente o cenário brasileiro, de acordo com Bresser-Pereira, em meados dos anos 1980, 1990 e início dos anos 2000, termo foi

cunhado nos Países-Baixos, popularmente conhecido como Holanda, durante os anos 1960, pois haviam descoberto um elevado estoque de gás natural no país, fazendo com que as exportações aumentassem, naturalmente e conseqüentemente aumentando a taxa de câmbio também, o que gerou uma quase destruição das indústrias de manufatura locais.

Sendo a mesma uma causa de especialização produtiva de uma nação, seja essa por quererem ou não, ou seja, o mesmo pode nem ao menos ser industrializado para lidar com seus produtos de origem primária, dessa forma se pegarmos a Teoria de David Ricardo, já abordada anteriormente, percebemos que essa especialização influencia diretamente no processo do comércio exterior, sendo o foco de exportação, gerando um aumento da entrada de moedas vindas de outros países e causando uma desestabilização interna.

Dessa forma, se no Brasil não houvesse uma política de câmbio de regime flutuante, provavelmente não teríamos tanta maestria na compensação desse efeito, onde inevitavelmente a taxa de câmbio real sobe, ou seja, temos um mecanismo amenizador, caso não tivéssemos provavelmente haveria uma diminuição na competitividade cambial e industrial frente aos demais países, gerando uma diminuição na produção, fruto da desindustrialização e uma redução na exportação de bens tecnológicos.

A teoria da Maldição das *Commodities* prova que normalmente os países que possuem esses recursos naturais tem um grande problema com a industrialização e a diversificação interna de sua economia, mesmo que haja recursos que retrate benefícios enormes, sendo essa exploração que gera a acumulação primitiva em países mais estruturados e conseqüentemente deveria ocorrer um crescimento.

Mesmo com a abundância em recursos os países afetados pela doença holandesa têm graves conseqüências que serão ressaltadas no próximo parágrafo. Não tendo os efeitos negativos percebidos no início, não sendo evidente por conta de não possuir possibilidade de diversificação econômica, aos poucos o país local, aplicando-se o modelo de Heckscher-Ohlin pode-se ver uma armadilha, pois os benefícios que as *commodities* poderiam provocar para o crescimento interno, acabam por se transformar em um obstáculo para seu desenvolvimento.

De forma breve, a doença holandesa resulta em alguns pontos importantes, já levantados por Bresser-Pereira e Oreiro: **a)** Há um aumento elevado nas taxas de câmbio; **b)** O setor de manufatura tende a cair, o mesmo decresce se comparado as

áreas de exploração de recursos; **c)** Dado a esse aumento nas áreas de exploração de recursos, os setores de serviços crescem; **d)** Ocorre uma bagunça no mercado de trabalho, onde ao mesmo tempo alguns setores são beneficiados pode ser visto um aumento na taxa de desempregados; **e)** O câmbio tende a desvalorizar, causando uma moeda fraca; **f)** Ocorre uma especialização nos recursos primários; **g)** Aumentando a renda a população e dos fornecedores de *commodities* causando assim uma ideia de segurança, que se prova falha, pois a economia gira e logo é tirada a ideia de necessidade em investimentos na área industrial; **h)** e por último é notado que importar se torna caro por conta do câmbio, sendo assim algo benéfico para a exportação de bens.

2.7 VISÃO CEPALINA

De acordo com Raúl Prebisch (1949), que foi um economista argentino e foi um dos maiores destaques na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ou Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas), sendo um intelectual de destaque, onde uma suas principais contribuições foi a linha estruturalista do pensamento econômico e foi partindo de seu trabalho em 1949 que se estruturou que uma abundância de recursos naturais poderia ser um impeditivo para um país se desenvolver, sendo chamada essa teoria de Maldição dos Recursos Naturais, onde a mesma parecia ter sido refutada por Davis (1995), porém voltou a aparecer nos estudos após a Crise de energia dos anos 1970 por questões voltadas principalmente para a captação de recursos minerais.

A exportação de recursos naturais está associada ao crescimento no nível das economias e em 1995 foi feita uma pesquisa por Jeffrey Sachs e Andrew Warner indicando que economias que possuíam recursos naturais em abundância tenderiam a demonstrar uma menor taxa de crescimento a longo prazo, se comparada com economias pobres nesses recursos.

O menor crescimento dos países ricos devido aos recursos naturais demonstra estar ligado as seguintes hipóteses de acordo com Michele Polline Veríssimo:

- a) as exportações de primários possuem baixas ligações para frente e para trás com os demais setores da economia, enquanto a manufatura desencadeia processos de aprendizagem que não se limitam ao interior da firma;
- b) os países ricos em recursos tendem a desenvolver políticas mais protecionistas, possuem problemas de burocracia e ineficiência na utilização

- dos recursos, o que acarreta baixas taxas de investimento, e, conseqüentemente, menores taxas de crescimento econômico;
- c) quanto maior a posse de recursos naturais, maior a procura por bens não-comercializáveis e a menor alocação de capital e trabalho para o setor de manufaturados, o que leva a produção de não comercializáveis a expandir-se enquanto a produção de manufaturados tende a encolher.
 - d) tendência secular de declínio da relação entre os preços das exportações dos produtos primários e os preços dos manufaturados, e o crescimento mais rápido da procura por manufaturados, comparado com a procura por produtos primários e com o aumento do rendimento faz com que o crescimento baseado em recursos naturais seja menos interessante;

Se pegarmos ainda os estudos da professora Michele Polline Veríssimo, o economista irlandês Thorvaldur Gylfason (1999) na sua pesquisa “Princípios de Crescimento Econômico” feito pela Universidade de Oxford, resume bem as causas negativas de um *boom* (refere-se a um período de aumento da atividade comercial dentro de um negócio, mercado, indústria ou economia como um todo) de recursos naturais, definido por um aumento na receita com esses bens, sobre a economia de um país:

- a) Doença holandesa, que leva a apreciação cambial e afeta negativamente as exportações;
- b) Comportamento de *rent-seeking* (ato de aumentar a riqueza existente sem criar uma nova riqueza por meio da manipulação do ambiente social ou político): renda dos recursos aliada a direitos de propriedade mal definidos, mercados imperfeitos e/ou inexistentes e estruturas legais frouxas levam ao comportamento de *rent-seeking* dos produtores, que desvia recursos de atividades economicamente frutíferas;
- c) Redução de incentivo para acumulação de capital humano: rendas que não advêm de salário (dividendos, gastos sociais, impostos baixos) afetam negativamente a educação, medida por matrículas;
- d) *Crowding out* (consequência negativa da intervenção excessiva do estado na economia de um país) do capital social: abundância de recursos naturais faz com que o Governo se esqueça da importância da boa administração

econômica (comércio, eficiência da burocracia, qualidade das instituições) para manter o crescimento;

e) Abundância de recursos naturais diminui incentivos para poupar e investir.

2.8 VISÃO CONTRA A TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA

Muitos teóricos divergem quanto a teoria da Doença Holandesa, desclassificando a mesma, pois acreditam que existe outra maneira para explicar além do conceito de maldição dos recursos naturais. É dizer que ela não traz prejuízo para o país porque a industrialização não é condição do desenvolvimento econômico (Bresser Pereira, 2008). Podemos ver dois exemplos retirados de teses de alguns professores:

A abundância de recursos naturais não é, necessariamente, a única determinante da estrutura de produção e diversificação nos países em desenvolvimento. Na verdade, o acúmulo de conhecimento, o nível de infraestrutura e a qualidade da governança parecem determinar não só o que os países produzem e exportam, mas também a forma como as empresas e os trabalhadores produzem qualquer tipo particular de bem. (LEDERMAN E MALONEY, 2012, p.24).

Outro exemplo é o de Ciccantell e Smith (2005) em tradução livre, também criticam com vigor a tese da maldição dos recursos naturais:

Essa ridícula alegação de causalidade com base na correlação entre a riqueza dos recursos naturais e a pobreza em ex-colônias é reconfortante para os estados centrais e empresas extrativas que se beneficiam do pagamento de baixos preços das matérias primas, mas o absurdo de culpar as vítimas do imperialismo e do neocolonialismo em distribuir mal as rendas inesperadas é, na melhor das hipóteses, histórica, em vez de analítica. (CICCANTELL E SMITH, 2005, p.13).

2.9 PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA

Com a abertura comercial chinesa somada ao processo acelerado de industrialização, a China começou a flexibilizar o Hukou (Sistema de registro chinês

com o objetivo inicial de evitar a migração do campo para a cidade), para adaptar-se as necessidades da nova configuração econômica, que demandava mão de obra para as fabricas que estavam em sua maioria instaladas nas cidades. Com isso, ocorreu em um período de 30 anos uma reformulação na composição setorial da força de trabalho chinesa, diminuindo em 30% o total de pessoas do setor primário e distribuindo entre o setor secundário e terciário (Banister, Judith, Stanford: Stanford University Press, 1987, p.328).

Com essa mudança, a China passa a ter a necessidade de importar bens primários para continuar com a sua industrialização, a mesma precisou começar a demandar bens primários do mundo. Com uma relação amistosa com o Brasil, que possuía grande capacidade de produção e exportação de bens primários, a China passou a aumentar a importação desses bens. Com o desenvolvimento da indústria interna e produção de escala que permitia a produção de bens manufaturados mais baratos que o restante do mundo, mas a necessidade de importação de bens primários para a continuidade do processo de industrialização fez com que a china se aproximasse comercialmente do Brasil, passando a ser o principal parceiro econômico.

O Brasil que por sua vez passou por um processo de abertura comercial mais acelerado que a China, além disso já estava em um processo de desindustrialização continua desde a década de 80 passou a ser um parceiro comercial ideal, pois como dito anteriormente é um país rico em recursos primários, o que o coloca como um grande exportador, mas esses laços já existentes entre Brasil e China se intensificaram mais após a criação da BRICS (Acrônimo para as cinco principais economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), criado em 2009 com intuito da criação de um banco de reservas emergenciais para eventuais socorros econômicos, fortalecer as economias dos países e estabelecer cooperação nas áreas técnica, científica, cultural e no setor acadêmico (O'Neill, J., 2001, p.5). O que fortaleceu ainda mais as relações China-Brasil principalmente na questão de exportação de *commodities*, essa relação irá se intensificar mais após a China entrar no mercado portuário, sendo abordado com mais detalhes nos próximos capítulos.

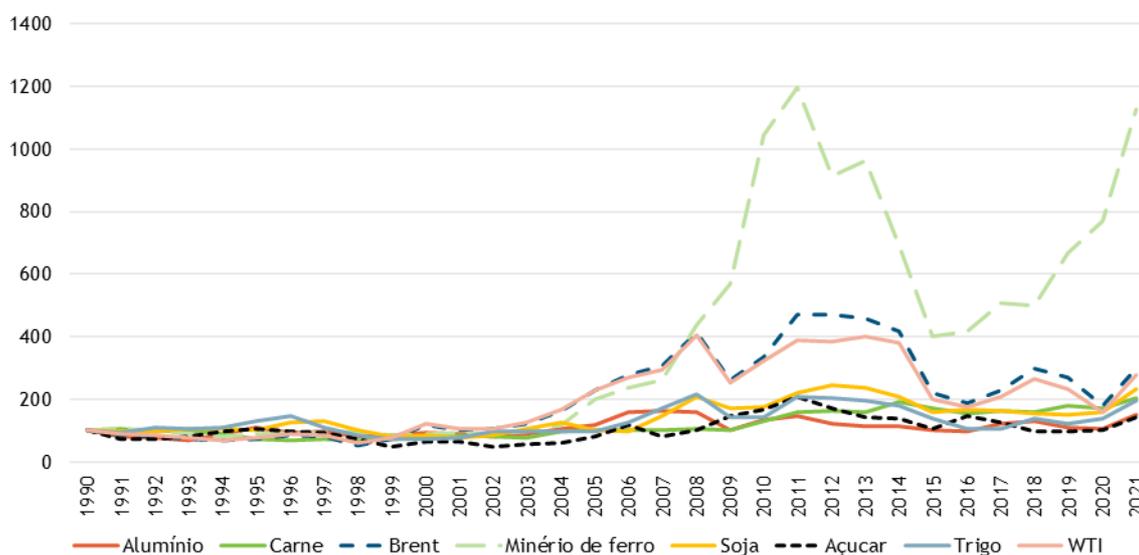
3. A CONSTRUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E DA CHINA COMO PAÍSES INDEPENDENTES AO LONGO DA HISTÓRIA E O INÍCIO DE SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS

Esse capítulo terá um resgate das relações comerciais entre o Brasil e China, abordando o processo histórico a partir da abertura comercial brasileira na década de 1990. Esclarecerá como se deu a formação econômica chinesa doravante a 1970, além de uma breve passagem pela aproximação da China ao comércio global, posteriormente junto ao Brasil a partir de sua entrada na OMC, retomando ao capítulo I; tratará a entrada da China na OMC, ingresso no BRICS, retomando para os dias atuais, a partir de 2008, sendo finalizado com as compras portuárias recentes da China.

3.1 INÍCIO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA

Junto a abertura comercial houve o “*Boom das Commodities*”, sobretudo é perceptível esse aumento no preço das *commodities* em meados de 2008 quando os chineses começaram um domínio marítimo que iremos abordar com mais detalhes em breve e esse movimento causou um aumento na demanda de mercadorias, principalmente, de origem primária, que fez com que os preços aumentassem (Inflação de demanda).

Gráfico 4 – Índice de preços de *Commodities* (1990-2021), índice (1990 = 100)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. (2021) – IBP com dados FMI

O gráfico acima é um retrato objetivo desse movimento, onde podemos ver um aumento nítido do preço das *commodities*, onde a mesma se manteve quase que estável desde o período de sua abertura, tendo um pico de crescimento nos anos de 2008 atingindo seu ápice em 2011.

Dessa forma, fazendo com que o Brasil tivesse um papel de destaque nas políticas de comércio internacional, pois o mesmo era um dos maiores exportadores para a China, um crescimento mercantil mútuo, sendo um dos motivos primários para o crescimento do comércio chinês, tomando o mercado exterior com a frase “Made in China”. Com o reflexo do plano Real que parou o Real e o Dólar, a China conquistou o Brasil, sobrecarregando o país com produtos de sua indústria ainda muito recente.

Um dos pontos negativos que a invasão de produtos de baixo custo estrangeiros causou a indústria brasileira foi o não acompanhamento no crescimento das exportações, principalmente de *commodities*, o que ocasionou em um prejuízo industrial grande, perdendo assim mercado global.

Diferente das políticas públicas brasileiras de comércio internacional, a China desenvolveu o projeto que visa não só domínio do Mediterrâneo em si, mas uma política global e extremamente entrelaçada; a Nova Rota da Seda.

3.2 RESGATE HISTÓRICO DO PROCESSO EVOLUTIVO CHINÊS COMO SOCIEDADE A PARTIR DO SÉCULO XX

Atualmente Xi Jinping é um dos líderes mais influentes do mundo, sendo sem dúvidas um dos Chineses mais conhecidos pela sociedade global, sobretudo Ocidental, um de seus antecessores mais conhecidos foi Mao Tsé-Tung, fundador da República Popular da China, regendo o país desde 1949 até sua morte em 1976 e um dos marcos mais importantes foi a ascensão programática do país, em cinco décadas se tornaram uma potência global e isso se deve principalmente ao seu crescimento marítimo acentuado nos últimos 15 anos. Algo que é preciso para dar continuidade é conhecer um pouco da história da China.

Em 1970 a China passou por uma grande mudança econômica e cultural, ela começou uma mudança fiscal, com pesados investimentos em infraestrutura para poder se destacar economicamente, com a construção de grandes fabricas e portos, que por sua vez maximizaram a produtividade e eficiência, era uma parte de seu plano (MDIC, 2002, p.7). Quando essas zonas econômicas foram abertas ao comércio exterior e investimentos pesados, devido principalmente a essa mudança fiscal a

Economia da China começou a explodir na década de 80, um pouco antes de começar a se relacionar com o Brasil.

As maiores empresas dos EUA na época começaram a fabricar seus produtos na China, pois a mesma podia fabricar os produtos dessas empresas com uma qualidade semelhante, mas por um preço muito mais baixo do que se fossem fabricados em território americano. Isso em grande parte devido aos baixos salários que os trabalhadores chineses recebiam, juntamente com outros fatores, como as leis tributárias, facilidade na importação e exportação e o fato de que a containerização foi popularizada na década de 80, fazendo com que fosse mais barato importar bens do outro lado do mundo ao invés de fabricá-los em seu próprio país.

Se uma empresa optasse por fabricar seu produto fora da China poderia não ter mais preços competitivos, o que provavelmente levaria a uma perda no espaço de mercado, sendo assim, em 2010 um terço de todos os produtos do mundo eram fabricados na potência asiática. Em um espaço de 50 anos a China deixou de ser uma nação pobre baseada na agricultura, para ser uma nação que possui a segunda maior economia do mundo com um PIB de 19,91 (U\$ tri), atrás somente dos Estados Unidos.

3.3 ENTRADA DA CHINA NA OMC, UMA ABORDAGEM MAIS AMPLA SOBRE OS FATORES HISTÓRICOS

Conforme abordado anteriormente e de forma mais concisa, a entrada da China na OMC será abordada de forma mais ampla nesse capítulo. Um dos fatores que tendem a alavancar a participação no comércio internacional por qualquer nação é o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde a China demorou quase que uma década para fazer parte, tudo isso devido as suas políticas internas de comércio.

Retomando ao primeiro capítulo onde foi abordado de forma breve, desde 1986 a China havia solicitado seu retorno ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), onde a mesma fez parte e se tornou membro em 1947, todavia saiu do acordo 2 anos após ingressar, por conflitos internos e regionais. Porém alguns detalhes estruturais de cunho econômico e financeiro precisavam ser ajustados para com que a China pudesse se adequar as normas postuladas pela OMC, dessa forma seria necessário esses ajustes para conseguir tornar-se parte do corpo de membros da organização.

Sua entrada foi realizada em dezembro de 2001, fazendo 21 anos no ano corrente de produção desse trabalho acadêmico (2022), sua entrada foi conturbada

principalmente pelo cenário recém tomado pelos EUA em setembro de 2001, devido aos atentados terroristas deste mesmo ano, não dificultando a entrada, porém retardando o processo, dado ao fator de influência internacional dos EUA (Jahiel, A. R., 2007, p.20). Alguns ajustes que foram acometidos para ingresso, foi o avanço na desburocratização do Estado chinês, essa que por sua vez era imprescindível e foi um fator determinante para o ocorrido.

Sendo assim, a China procurou a adequação de sua política de comércio exterior em relação aos padrões e regras estabelecidas pela OMC, em busca de se tornar um membro efetivo, desse modo a potencializar e qualificar sua participação no cenário comercial internacional, porém, um dos fatores que sempre foram problemáticos para essa consolidação foi a falta de transparência no uso de tarifas, utilizando de forma indiscriminada barreiras não tarifárias e não reconhecendo direitos de propriedade intelectual, o que deixou seu processo prolongado por alguns anos, atingindo quase 15 anos em negociação, e após algumas adequações, como resultado, a China tomou para si uma série de compromissos de abertura e liberalização de seu regime, com a finalidade de ser integrada a economia mundial. Um dos exemplos que pode-se dar destaque foi a revisão e adesão das Leis de Patentes, de Marcas Registradas e Direitos Autorais para que fiquem consistentes com as obrigações da OMC (MDIC, 2002, p.7).

Para finalizar o processo de negociação, por sua vez e aderir a OMC, a China, assim como os demais membros participantes, se comprometeu a obedecer a todos os acordos da organização, inclusive aderiu a todas as condições de aplicabilidade de todos os princípios descritos acima, é importante destacar também e ter em mente que a implementação desses acordos se dará ao longo dos próximos anos após entrada oficial, sendo que a Conferência Ministerial da OMC aprovou os termos da adesão da China em Doha (Qatar) em 10/11/2001 e sendo constatada como um membro oficial no dia 11/12/2001.

3.4 SOBERANIA MARÍTIMA CHINESA NO COMÉRCIO EXTERNO

Em 2013 foi apresentado pela primeira vez a iniciativa da Nova Rota da Seda, composta sobretudo de uma ideia de diversos investimentos e aplicações nas áreas de transporte marítimo e terrestre e aumento de infraestrutura, também sendo conhecido como “Cinturão”, conectando todos os continentes, principalmente as regiões de extrema relevância para a política global (Akçay, N., 2017, p.6).

Tomando como base esse marco Chinês, ocorrido em 2013, se propôs uma interligação estratégica entre comércio, transporte e infraestrutura, alguns países da América Latina, como por exemplo nossos vizinhos argentinos aderiram a Nova Rota da Seda, já o Brasil, México e Colômbia, as outras três maiores economias da região Latina, ainda não fazem parte, entretanto alguns especialistas dizem que o Brasil participa de forma extraoficial, não direta.

Um dos marcos para a criação do *One Belt One Road* e o principal fator para o Crescimento acelerado Chinês se deu pós crise de 2008. Antes a mesma praticamente não tinha poder marítimo, dependendo exclusivamente de nações estrangeiras, sobretudo os Golden Greeks, grupo de empresários gregos que dominavam os mares, o poderio da Grécia veio a ruir junto com sua Economia durante a crise. O Governo chinês viu oportunidade e em 2009 a COSCO (Companhia de Transporte Marítimo da China), de propriedade Estatal, comprou cerca de 67% do porto de Piraeus (Mazzi, D. H. A., 2020, p.23), o 4º maior porto da Europa, com um local privilegiado no Oceano Mediterrâneo, após isso ocorreram uma sucessão de compras portuárias.

Tendo como um de seus principais controles a posse total ou parcial das áreas portuárias, sendo os portos de Cingapura, Hambantola no Sri Lanka, Áden no Yemen, Djibouti, Sudão, parte do Canal de Suez, Ambarli na Turquia, Piraeus na Grécia, parte do porto de Darwin e Melbourne na Australia, Bahamas e Paquistão.

A compra e concessão de cada um desses portos cria uma soberania mercantil, com domínio Oceano Pacífico, Oceano Indico, entrada para o Atlântico e domínio total do mar Mediterrâneo. Sua principal rota de comércio, começa de forma nacional, se direcionando para Cingapura, porto adquirido em 2015, continuando na Ásia passa por Hambantola, porto adquirido em 2017, adentrando o mar Vermelho, adentrando o Canal de Suez e tendo acesso completo ao Mediterrâneo (Wan, S., Luan, W., Ma Y., Haralambides, H., *Journal of Transport Geography*, Elsevier, 2020, p.87-91).

O que abre espaço global, inclusive para adquirir portos na Oceania, América do Norte, Central e do Sul, com isso no próximo subcapítulo será abordado uma compra recente e que terá impacto nas américas como um todo.

3.5 DOMÍNIO DO MERCADO PORTUÁRIO BRASILEIRO

No ano de 2018, a empresa chinesa CMPort (China Merchants Port Holdings Company Limited) concretizou a aquisição do principal terminal de contêineres do porto

de Paranaguá, na região do Paraná, por R\$ 3,2 bilhões, sendo hoje a China um dos maiores parceiros econômicos do porto, isso divulgado em nota de Ordem de Serviço pela Administração dos portos Paranaguá e Antonina em Ordem de Serviço N° 067 (PARANÁ, 2020, p.1). Sendo esse o maior porto da América Latina, sendo o maior investimento do setor portuário do Brasil atualmente, estando apto para atender a demanda brasileira pelos próximos 30 anos, com uma capacidade expressiva para movimentar cerca de 2,5 milhões de containers por ano.

Para o cenário nacional isso significa um grande avanço no comércio internacional, somente havendo o incauto de ter sido comprado pelo conglomerado chinês citado no parágrafo anterior, onde o mesmo comprou 90% de sua participação.

O que reforça sua soberania comercial frente ao Brasil, em 2001, a China entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC), nesse período 2% das exportações brasileiras tinham como destino o país e em apenas 20 anos esse valor aumentou em 32%.

3.6 CONTEXTO HISTÓRICO DE COMO SE DEU O COMERCIO ENTRE BRASIL E CHINA, DESDE SUA ABERTURA COMERCIAL

As relações comerciais entre Brasil e China vem acontecendo desde a abertura comercial na década de 1990 e se intensificando mais após a crise de 2008, de forma teórica e histórica vemos uma relação que se mostra positiva e negativa para nós ao mesmo tempo, por um lado ser rico em recursos naturais podem restringir seu desenvolvimento industrial e por outro pode alavancar seus negócios com a maior potência da Ásia e segunda maior Economia do mundo.

Para uma análise mais enfática e conclusiva vamos ver no próximo capítulo como a China influência nas relações comerciais do Brasil e entender como esse recente domínio dos mares vem mudando o cenário global.

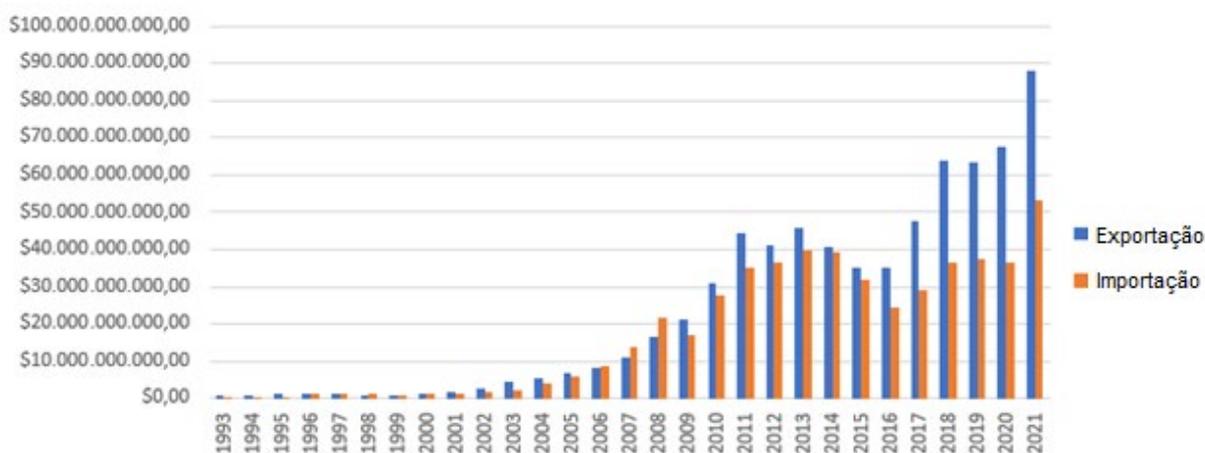
4. ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA, ESTUDO APLICADO DE RELAÇÕES COMERCIAIS ESTRANGEIRAS DO BRASIL

Neste ensejo serão trazidas análises gráficas acerca da situação comercial do Brasil com seus principais parceiros Econômicos: I. EUA; II. China

O capítulo tem como objetivo apresentar dados do comércio de todas as *commodities* entre o período de 1990 a 2021, apresentando como o Brasil se tornou refém da economia chinesa, e como essa relação é dispensável do ponto de vista comercial para China.

4.1 ANÁLISE DE EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES DE *COMMODITIES* ENTRE O BRASIL E A CHINA (1993 – 2021)

Gráfico 5 – Exportações X Importações – Todas as *Commodities* (Brasil X China)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

O gráfico acima apresenta a evolução histórica da relação entre exportação e importação de todas as *commodities* entre Brasil e China a partir do início da década 90 até os dias atuais.

Nota-se que, mesmo com as políticas adotadas pelos dois países durante as décadas de 1980 e 1990, a relação entre esses dois ainda se apresentava irrelevante até o início dos anos 2000. Duas hipóteses possíveis para essa timidez, seriam: a distância marítima e a ausência da China na OMC. Esse cenário começa a mudar já nos primeiros anos do novo século, tendo como fator determinante a entrada da china na OMC (Organização Mundial do Comercio) em 2001.

Ainda modesto nos dois primeiros anos, logo essa relação se estreitou e como se pode ver teve um crescimento acentuado a partir de 2003. Dois aspectos importantes devem ser destacados para a análise dos anos que sucederam 2003: 1º O avanço dos preços das *commodities*. 2º a compra de 67% do porto de Piraeus que facilitou o transporte marítimo entre os dois países. Esses fatores apresentados, somados a constante evolução do setor industrial Chinês que por sua vez demandava bens primários, levou com que a China se tornasse o principal parceiro comercial do Brasil em 2009.

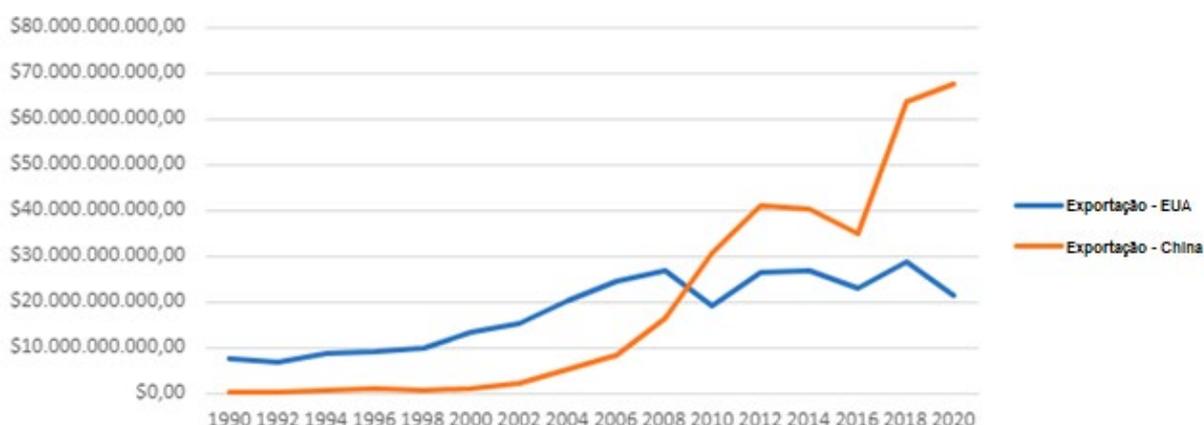
Como informado no gráfico, essa relação teve poucos momentos de queda, entre 2014 e 2016, mas segue em forte crescimento chegando à casa dos 87 Bilhões exportados e 53 Bilhões importados em 2021.

4.2 COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DE EXPORTAÇÃO X IMPORTAÇÃO ENTRE O BRASIL E O EUA, E CHINA

Seção apresentará uma comparação gráfica entre as exportações x importações do Brasil para os principais parceiros econômicos, China e EUA, no período.

4.2.1 Exportação do Brasil X China e Brasil X EUA

Gráfico 6 – Exportação – Todas as *Commodities* (Brasil x China | Brasil x EUA)



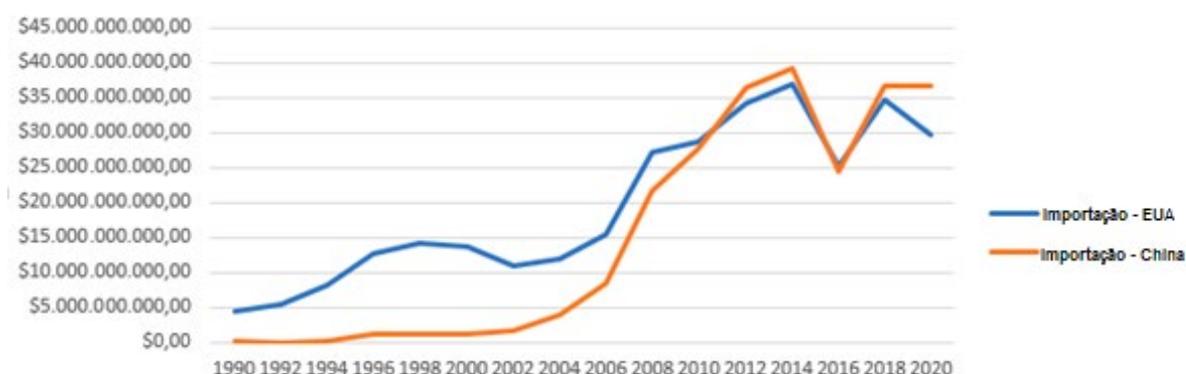
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Nota-se uma inércia com relação a exportação durante toda década de 1990 para os dois países, com 1.084 Bilhões para China, contra 13.360 Bilhões USD para

EUA em 2000. Entretanto, já na primeira metade do dos anos dois mil, esse cenário mudou de forma sublime com um aumento de aproximadamente 10B para os EUA e 5B de aumento pra China em 2005. Observa-se então, que mesmo em patamares elevados, o aumento das exportações estava crescendo percentualmente menos para os EUA (Aumento de aproximadamente 75% para EUA em contraste a 461% para China em 5 anos).

O período a se destacar dessa comparação está entre 2008 e 2010, com a queda de exportação para os EUA em 7.4B e aumento em 14.2 Bilhões para China. Neste período também temos outro fato importante, a China se tornando a principal parceira comercial do Brasil em 2009.

Gráfico 7 – Importação – Todas as *Commodities* (Brasil x China | Brasil x EUA)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Observa-se, assim como nas exportações, que as importações para esses dois países seguiram o mesmo padrão com o crescimento baixo durante a década de 1990, acentuando-se durante a primeira década dos anos 2000.

Diferente das exportações, a China toma a dianteira apenas em 2010 quanto as importações.

4.3 COMPARATIVO ENTRE A RELAÇÃO COMERCIAL BRASIL X CHINA – BRASIL X MUNDO E CHINA X BRASIL – CHINA X MUNDO

As tabelas abaixo apresentam a composição percentual de China e Mundo nas exportações (Tabela 1) e importações (Tabela 2) do Brasil, assim como a composição

percentual de Brasil e Mundo nas exportações (Tabela 3) e importações (Tabela 4) da China.

Tabela 1 – Dados de exportação todas as *commodities* Brasil x China e Brasil x Mundo (%)

Ano	Exportação				Total % Transação (US\$)	Total Transação (US\$)2
	China		Mundo			
	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2		
1991	1%	\$ 226.395.312,00	99%	\$ 31.394.724.688,00	100%	\$ 31.621.120.000,00
1993	2%	\$ 779.376.448,00	98%	\$ 37.921.462.464,00	100%	\$ 38.700.838.912,00
1995	3%	\$ 1.203.741.184,00	97%	\$ 45.301.190.144,00	100%	\$ 46.504.931.328,00
1997	2%	\$ 1.088.200.576,00	98%	\$ 51.897.610.368,00	100%	\$ 52.985.810.944,00
1999	1%	\$ 676.129.026,00	99%	\$ 47.335.281.583,00	100%	\$ 48.011.410.609,00
2001	3%	\$ 1.901.250.877,00	97%	\$ 56.131.043.366,00	100%	\$ 58.032.294.243,00
2003	6%	\$ 4.531.201.183,00	94%	\$ 68.241.049.307,00	100%	\$ 72.772.250.490,00
2005	6%	\$ 6.826.868.482,00	94%	\$ 111.765.216.007,00	100%	\$ 118.592.084.489,00
2007	7%	\$ 10.776.728.025,00	93%	\$ 149.039.452.706,00	100%	\$ 159.816.180.731,00
2009	14%	\$ 20.994.919.787,00	86%	\$ 130.796.754.399,00	100%	\$ 151.791.674.186,00
2011	17%	\$ 44.304.607.898,00	83%	\$ 209.360.828.897,00	100%	\$ 253.665.436.795,00
2013	20%	\$ 46.023.192.076,00	80%	\$ 186.520.468.041,00	100%	\$ 232.543.660.117,00
2015	19%	\$ 35.155.353.691,00	81%	\$ 151.619.562.622,00	100%	\$ 186.774.916.313,00
2017	22%	\$ 47.488.449.966,00	78%	\$ 167.499.658.387,00	100%	\$ 214.988.108.353,00
2019	29%	\$ 63.357.523.149,00	71%	\$ 157.769.284.498,00	100%	\$ 221.126.807.647,00
2021	31%	\$ 87.907.887.856,00	69%	\$ 192.906.689.604,00	100%	\$ 280.814.577.460,00
Total Geral	17%	\$ 373.241.825.536,00	83%	\$ 1.795.500.277.081,00	100%	\$ 2.168.742.102.617,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Tabela 2 – Dados de importação todas as *commodities* Brasil x China e Brasil x Mundo (%)

Ano	Importação				Total % Transação (US\$)	Total Transação (US\$)2
	China		Mundo			
	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2		
1991	0%	\$ 75.091.304,00	100%	\$ 22.901.236.376,00	100%	\$ 22.976.327.680,00
1993	1%	\$ 156.969.616,00	99%	\$ 27.142.477.168,00	100%	\$ 27.299.446.784,00
1995	1%	\$ 417.913.152,00	99%	\$ 53.316.372.160,00	100%	\$ 53.734.285.312,00
1997	2%	\$ 1.316.815.104,00	98%	\$ 63.757.782.784,00	100%	\$ 65.074.597.888,00
1999	2%	\$ 942.936.091,00	98%	\$ 50.804.457.347,00	100%	\$ 51.747.393.438,00
2001	2%	\$ 1.460.495.728,00	98%	\$ 58.223.972.667,00	100%	\$ 59.684.468.395,00
2003	4%	\$ 2.326.252.397,00	96%	\$ 49.540.430.702,00	100%	\$ 51.866.683.099,00
2005	7%	\$ 5.820.710.702,00	93%	\$ 72.881.603.238,00	100%	\$ 78.702.313.940,00
2007	11%	\$ 13.660.896.542,00	89%	\$ 114.449.719.298,00	100%	\$ 128.110.615.840,00
2009	13%	\$ 16.937.000.078,00	87%	\$ 118.440.600.400,00	100%	\$ 135.377.600.478,00
2011	15%	\$ 35.022.851.315,00	85%	\$ 203.683.281.060,00	100%	\$ 238.706.132.375,00
2013	16%	\$ 39.632.451.587,00	84%	\$ 212.649.252.936,00	100%	\$ 252.281.704.523,00
2015	18%	\$ 31.999.007.995,00	82%	\$ 148.458.434.159,00	100%	\$ 180.457.442.154,00
2017	18%	\$ 29.094.836.692,00	82%	\$ 136.760.394.726,00	100%	\$ 165.855.231.418,00
2019	19%	\$ 37.463.786.493,00	81%	\$ 155.698.217.545,00	100%	\$ 193.162.004.038,00
2021	23%	\$ 53.464.016.770,00	77%	\$ 181.226.425.429,00	100%	\$ 234.690.442.199,00
Total Geral	14%	\$ 269.792.031.566,00	86%	\$ 1.669.934.657.995,00	100%	\$ 1.939.726.689.561,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Observando o cenário de exportações (Tabela 1) do Brasil para China em transações totais, nota-se que até o início dos anos 2000 existe uma oscilação entre os anos, entretanto, a partir de 2001, existe uma forte pressão de alta, chegando a dobrar (ou quase) em certos períodos como 2001 – 2003; 2007 – 2009 e 2009 – 2011. Com relação ao percentual da fatia total, notamos o mesmo padrão, exceto no 2009

– 2011, período cujo as exportações para o restante do mundo acompanharam o crescimento.

Com relação as importações (Tabela 2), verificamos que ocorreu uma dinâmica semelhante, todavia, em patamares menores com apenas 2 períodos de dobra no percentual 1995 – 1997 e 2001 – 2003.

Em linhas gerais, observa-se que as exportações e importações para China cresceram em taxas maiores do que para o restante do Mundo, representando em 2021 aproximadamente 31% das exportações totais e 23% das importações totais.

4.3.1 China x Brasil – China x Mundo

Tabela 3 – Dados de exportação todas as *commodities* China x Brasil e China x Mundo (%)

Ano	Exportação				Total % Transação (US\$)	Total Transação (US\$)2
	Brasil		Mundo			
	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2		
1993	0,17%	\$ 156.969.616,00	99,83%	\$ 91.586.978.730,00	100,00%	\$ 91.743.948.346,00
1995	0,28%	\$ 417.913.152,00	99,72%	\$ 148.361.586.831,00	100,00%	\$ 148.779.499.983,00
1997	0,72%	\$ 1.316.815.104,00	99,28%	\$ 181.474.769.694,00	100,00%	\$ 182.791.584.798,00
1999	0,48%	\$ 942.936.091,00	99,52%	\$ 193.987.842.451,00	100,00%	\$ 194.930.778.542,00
2001	0,55%	\$ 1.460.495.728,00	99,45%	\$ 264.637.712.862,00	100,00%	\$ 266.098.208.590,00
2003	0,53%	\$ 2.326.252.397,00	99,47%	\$ 435.901.514.958,00	100,00%	\$ 438.227.767.355,00
2005	0,76%	\$ 5.820.710.702,00	99,24%	\$ 756.132.698.829,00	100,00%	\$ 761.953.409.531,00
2007	1,12%	\$ 13.660.896.542,00	98,88%	\$ 1.206.398.771.910,00	100,00%	\$ 1.220.059.668.452,00
2009	1,41%	\$ 16.937.000.078,00	98,59%	\$ 1.184.709.758.002,00	100,00%	\$ 1.201.646.758.080,00
2011	1,84%	\$ 35.022.851.315,00	98,16%	\$ 1.863.365.583.468,00	100,00%	\$ 1.898.388.434.783,00
2013	1,79%	\$ 39.632.451.587,00	98,21%	\$ 2.169.374.828.672,00	100,00%	\$ 2.209.007.280.259,00
2015	1,41%	\$ 31.999.007.995,00	98,59%	\$ 2.241.469.216.118,00	100,00%	\$ 2.273.468.224.113,00
2017	1,29%	\$ 29.094.836.692,00	98,71%	\$ 2.234.275.667.609,00	100,00%	\$ 2.263.370.504.301,00
2019	1,50%	\$ 37.463.786.493,00	98,50%	\$ 2.461.743.207.373,00	100,00%	\$ 2.499.206.993.866,00
2021	1,59%	\$ 53.464.016.770,00	98,41%	\$ 3.308.837.596.669,00	100,00%	\$ 3.362.301.613.439,00
Total Geral	1,42%	\$ 269.716.940.262,00	98,58%	\$ 18.742.257.734.176,00	100,00%	\$ 19.011.974.674.438,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Tabela 4 – Dados de importação todas as *commodities* China x Brasil e China x Mundo (%)

Ano	Importação				Total % Transação (US\$)	Total Transação (US\$)2
	Brasil		Mundo			
	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2	% Transação (US\$)	Transação (US\$)2		
1993	0,75%	\$ 779.376.448,00	99,25%	\$ 103.179.563.245,00	100,00%	\$ 103.958.939.693,00
1995	0,91%	\$ 1.203.741.184,00	99,09%	\$ 130.879.758.420,00	100,00%	\$ 132.083.499.604,00
1997	0,76%	\$ 1.088.200.576,00	99,24%	\$ 141.282.123.490,00	100,00%	\$ 142.370.324.066,00
1999	0,41%	\$ 676.129.026,00	99,59%	\$ 165.022.937.550,00	100,00%	\$ 165.699.066.576,00
2001	0,78%	\$ 1.901.250.877,00	99,22%	\$ 241.651.629.741,00	100,00%	\$ 243.552.880.618,00
2003	1,10%	\$ 4.531.201.183,00	98,90%	\$ 408.228.595.224,00	100,00%	\$ 412.759.796.407,00
2005	1,03%	\$ 6.826.868.482,00	98,97%	\$ 653.125.893.637,00	100,00%	\$ 659.952.762.119,00
2007	1,13%	\$ 10.776.728.025,00	98,87%	\$ 945.338.719.531,00	100,00%	\$ 956.115.447.556,00
2009	2,09%	\$ 20.994.919.787,00	97,91%	\$ 984.560.305.419,00	100,00%	\$ 1.005.555.225.206,00
2011	2,54%	\$ 44.304.607.898,00	97,46%	\$ 1.699.090.258.465,00	100,00%	\$ 1.743.394.866.363,00
2013	2,36%	\$ 46.023.192.076,00	97,64%	\$ 1.903.969.122.629,00	100,00%	\$ 1.949.992.314.705,00
2015	2,09%	\$ 35.155.353.691,00	97,91%	\$ 1.644.408.970.869,00	100,00%	\$ 1.679.564.324.560,00
2017	2,58%	\$ 47.488.449.966,00	97,42%	\$ 1.796.304.488.829,00	100,00%	\$ 1.843.792.938.795,00
2019	3,05%	\$ 63.357.523.149,00	96,95%	\$ 2.015.927.976.048,00	100,00%	\$ 2.079.285.499.197,00
2021	3,27%	\$ 87.907.887.856,00	96,73%	\$ 2.596.454.790.661,00	100,00%	\$ 2.684.362.678.517,00
Total Geral	2,36%	\$ 373.015.430.224,00	97,64%	\$ 15.429.425.133.758,00	100,00%	\$ 15.802.440.563.982,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da COMTRADE

Mudando o ponto de vista do Brasil para China. Com relação as exportações, verificamos o mesmo padrão no valor das transações para o Brasil, entretanto, as exportações para o restante do mundo acompanharam as taxas de aumento das exportações para o Brasil. Portanto não ocorreram grandes aumentos percentuais no período.

Com relações as importações, o mesmo padrão se repete, há um aumento nas transações com o Brasil, porém há em concomitância, o aumento nas transações com o restante do Mundo.

Verifica-se, que as exportações e importações para o Brasil cresceram em taxas semelhante ao restante do mundo, representando em 2021 aproximadamente 1,59% das exportações totais e 3,27% das importações totais.

Pode-se notar uma enorme discrepância em capacidade mercantil entre o Brasil e a China, principalmente quando vemos o cenário comparativo entre as potências e o mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar os pontos principais do processo de aproximação comercial entre o Brasil e China a partir da década de 1990, e verificar um possível processo que tornou o Brasil refém da economia Chinesa.

Em primeiro lugar a pesquisa se inicia com uma abordagem teórica onde tratamos desde Teoria das Vantagens Comparativas, Heckscher-Ohlin, Teoria da Maldição das *Commodities* até a Doença Holandesa. Em segundo lugar apresentamos um panorama histórico, traçando um paralelo entre os dois países, abordando pontos como a abertura comercial desses dois, a entrada da China na OMC e etc. Ao final, foram apresentados os dados com a evolução das relações comerciais a partir dos dados coletados do COMTRADE.

Nota-se ao longo da pesquisa que alguns fatores foram determinantes para chegar ao estágio que o Brasil se encontra hoje perante a China, como o processo de desindustrialização brasileira, o boom das *commodities*, a mudança na composição setorial da China, a entrada da China na OMC, a compra de parte do Porto Piraeus e outros.

Foi observado que a China mirou uma estratégia de longo prazo para sua industrialização, com diversos passos em direção a esse objetivo, enquanto o Brasil foi na direção contrária, abandonando o processo de industrialização, chegando ao ponto de se desindustrializar.

Com a necessidade de continuar se industrializando, a China mudou sua composição setorial, diminuindo drasticamente a quantidade de trabalhadores no setor primário. Portanto, para suprir a necessidade interna, bem como para continuar de forma acelerada sua industrialização, enxergou no Brasil um bom parceiro comercial, em contrapartida, o Brasil enxergou na China um excelente parceiro.

Com a economia pujante durante o início dos anos 2000 devido ao boom das *commodities*, o Brasil não viu a necessidade de se industrializar, pois aumentava cada vez mais (Em moeda) a exportação para seu mais novo relevante parceiro comercial, a China. Do outro lado, a China continuava com o seu processo de industrialização, comprando cada vez mais *commodities*, porém a produção Brasileira não supria, e ela (China) buscou ao redor do mundo outros parceiros.

Esse processo levou, ao final da década de 2000, a China a se tornar o principal parceiro econômico do Brasil em 2009. A partir desse momento, a China nunca mais deixou de ser o principal parceiro econômico, aumentando cada vez mais sua

participação no mercado Brasileiro, mais do que triplicando as exportações e importação do ano de 2009 para 2021.

Verifica-se também, que através dos dados expostos no capítulo 3, que a evolução comercial entre esses dois países, tornou o Brasil dependente das exportações e importações da China, chegando ao ano de 2021 com participação de 31% das exportações e 23% das importações, por outro lado, se analisarmos do ponto de vista da China, esta depende de apenas 1,59% das exportações e 3,27% das importações do Brasil.

Conclui-se, primariamente, e do ponto de vista estritamente comercial, que o Brasil se tornou, não apenas dependente da economia chinesa, mas refém da mesma. Ou seja, de um lado temos uma relação cujo a China se projeta como principal parceiro econômica do Brasil, com participações de quase 1/3 das exportações totais e 1/4 das importações, do outro, nossa República representa uma participação inexpressível para com a China, não chegando a representar 2% das exportações, e apenas 3,27% das importações.

Por fim continuções fazem-se necessárias para uma futura ampliação dessa tese, como aplicações pospositivas em estudos acadêmicos e posteriormente estudos econométricos que comprovem essa dependência do Brasil no comércio exterior com a China a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTEMANI, H - **Carta Internacional**, Ano IX, nº 105, São Paulo, p.15, 2015.

ALTEMANI, H - **Rev. Bras. Polít. Int.** 53, São Paulo, p.88-106, 2010.

AVERBUG, A. **Abertura e integração comercial brasileira na década de 90**, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 1999.

BAER, W. **A economia Brasileira**, São Paulo: Nobel, 1996.

BANISTER, J. **China's Changing Population**, Stanford University Press, Stanford, p. 328, 1987.

BARROS, G - **Chinese foreign direct investment in Brazil: evolution, trends and concerns over critical infrastructure**, Pontificia Universidad Católica, Rio de Janeiro, 2019.

BRESSER, L. **Desenvolvimento e crise no Brasil: História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5ª edição. São Paulo: Ed. 34, 2003.

BRESSER, L. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Revista de Economia Política**, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, p.663–686. 2010.

BRESSER, L. **Existe Doença Holandesa no Brasil? IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, São Paulo, 2008.

BRESSER, L. **Doença Holandesa e Sua Neutralização: Uma Abordagem Ricardiana**. Revista de Economia Política, 28, São Paulo, p.47–71. 2007.

BRUM, A. **Desenvolvimento econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. Unijuí, 1995.

CICCANTELL, P.; SMITH, D. **Nature, raw materials, and political economy: an introduction**, Emerald Group Publishing Limited, Amsterdam, 2005.

COTTIER, T; MAVROIDIS, P; NADAKAVUKAREN, K. **State Trading in the Twenty-First Century**, World Trade Forum, University of Michigan Press, Michigan, p.454, 1998.

DANTAS, A. SIUDA-AMBROZIAK, R. **The Interdependence of Brazil's Foreign Policy and Foreign Trade**. Brazil and Poland: Focus on Economy. 1ed, University of Warsaw, Warsaw, p.9-30, 2014.

DAVIS, G. **Learning to love the Dutch Disease: Evidence from the mineral economies**. *World Development*, p.1765-1779, 1995.

ELLSWORTH, P. **Economia Internacional**, São Paulo: Atlas, São Paulo, 1978.

EVENETT, S. **The US-Sino Currency Dispute: New Insights from Economics, Politics and Law**, VoxEU, Suíça, 2010.

FRISCHTAK, C., SOARES, A., O'CONNOR, T., **Chinese Investments in Brazil from 2007-2012: A review of recent trends**, China-Brazil Business Council, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2005.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. Atlas. São Paulo, 1991.

GRZYBOWSKI, K., **Socialist Countries in GATT**, *American Journal of Comparative Law*, v. 28, n. 4, p. 539-554, Carolina do Norte, 1980.

GYLFASON, T; HERBERTSSON, T; ZOEGA, G. **A MIXED BLESSING Natural Resources and Economic Growth**. *Macroeconomic Dynamics*, p.204– 225, 1999.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras.**, 152f. Dissertação (Ministrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

IPEA. **Research For Investment Cooperation Between Brazil And China.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, DF, 2021.

JAHIEL, A. R. **China, the WTO, and Implications for the Environment**, Routledge, Londres, 2007.

KRUGMAN/OBSTFELD, P. **Economia Internacional - Teoria e Política**, Makron Books, São Paulo, 1999.

LACERDA, A; RÊGO, J; MARQUES, R. **Economia Brasileira**. 3. Ed, Saraiva, São Paulo 2006.

LEDERMAN, D.; MALONEY, W. F. **Does what you export matter? Search of empirical guidance for industrial policies.** Washington, The World Bank, Washington, 2012.

LEDERMAN, D., MALONEY, W., **In search of the missing resource curse. Economía, v. 9, n. 1, LACAE, p.1-56, 2008.**

MACEDO, A. **Estrutura produtiva e especialização comercial: observações sobre a Ásia em desenvolvimento e a América Latina.** Cadernos do Desenvolvimento, v. 3, n. 5, Rio de Janeiro, p. 81- 125, 2008.

MAZZI, D. H. A. **O projeto da Nova Rota da Seda: uma possível reordenação dos fluxos comerciais internacionais**, Minas Gerais, 2020.

O'NEIL, J. **Building Better Global Economic BRICs**, Goldman Sachs, Londres, 2001.

ORDEM DE SERVIÇO. **Administração dos Portos de Paranaguá e Antônia**. Nº 067, Paraná 2020.

OREIRO, J. **Estratégias de Desenvolvimento e a Escola Novo-Desenvolvimentista Brasileira.**, Cadernos de Campo (UNESP), v.24, São Paulo, p. 13 – 41. 2018.

OREIRO, J. **Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana**. LTC, Rio de Janeiro, 2016.

OREIRO, J; FEIJÓ, C. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Brazilian Journal of Political Economy, Vol. 30, N.2, São Paulo, 2010.

PARANÁ, **ORDEM DE SERVIÇO Nº 067 – 20**, Governo do Estado do Paraná, Paraná, 2020.

POLINE, M. V.; XAVIER, C. L.; VIEIRA, F. V. **Taxa de Câmbio e Preços de Commodities: Uma Investigação sobre a Hipótese da Doença Holandesa no Brasil**, Revista EconomiA, Minas Gerais, 2012.

PREBISCH, R. **Estudio económico de América Latina. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Record, Rio de Janeiro, 2000.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**, 3º edição, Editora John Murray, Albemarle-Street, Londres, 1817.

ROSSETTI, J. **Introdução a Economia**. 17.ed, Atlas, São Paulo, 1997.

SÃO PAULO GOV DE SP. **Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. Entendendo o meio ambiente**. Secretaria do Meio Ambiente, São Paulo, 1999. v. 1.

SILVA, M. **Crimes da era digital**. NET. Seção Ponto de Vista. Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, N. **Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula**. Atlas, São Paulo 2008.

TOURINHO, F. **Dano ambiental**, ano 1, n. 1, Consulex, p.18-23, 1997.

THORSTENSEN, V; MARÇAL, E, FERRAZ, L. **Impacts of Exchange Rates on International Trade Policy Instruments: The Case of Tariffs**, Journal of World Trade, v. 46, São Paulo, 2012.

THORSTENSEN, V; RAMOS, D; MÜLLER, C. **O reconhecimento da China como economia de mercado: o dilema de 2016**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, ano XXVI, n. 112, São Paulo, 2012.

TROMMER, S. **Special Market Economy: Undermining the Principles of WTO?**, Chinese Journal of International Law, v. 6, nº 3, Oxford, p. 565-599, 2007.

VENABLES, A. **Trade, location and development: an overview of theory. Natural resources: neither curse nor destiny**. Standford University Press, Washington, 2007.

WAN, S.; LUAN, W.; MA Y., HARALAMBIDES, H. **On determining the hinterlands of China's foreign trade container ports**, Journal of Transport Geography - Elsevier, Dalian 2020.

WORLD BANK. **Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society**, Conference Edition, China, 2012.